

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.504 - RS (2019/0235771-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
UTFPR
AGRAVADO : ELIANE RODRIGUES DOS SANTOS GOMES
ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA - PR019095
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela **Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR** desafiando decisão da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que não admitiu recurso especial com base nos seguintes fundamentos: (I) ausência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015; e (II) o acórdão impugnado harmoniza-se com a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, fazendo incidir o disposto na Súmula 83/STJ.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, a ausência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

Incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Ministro Luís Felipe Salomão, DJe de 30.11.2018.

Diante do exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não conheço** do agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

